

SERVIDORES DE TODO BRASIL PREPARAM GREVE NO DIA 18 CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

A necessária greve nacional do setor público já tem data: é no próximo dia 18 (quarta-feira).

Nos últimos dias 29 e 30 de julho, centrais sindicais e entidades de classe realizaram o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público, para discutir um plano de mobilização contra a famigerada reforma administrativa (PEC 32), que está em análise por comissão especial da Câmara dos Deputados.

O encontro definiu uma série de encaminhamentos de luta, entre eles a paralisação nacional.

Dia 18 será mais um dia de combate à

política criminoso e destruidora dos serviços e dos servidores públicos estabelecida na Proposta de Emenda Constitucional 32, que impõe um profundo golpe às políticas sociais de saúde, educação, assistência social, segurança, dentre várias outras, e a extinção dos regimes jurídicos únicos nas esferas dos municípios, estados e União, atacando de forma perversa os preceitos constitucionais da Carta Magna de 1988.

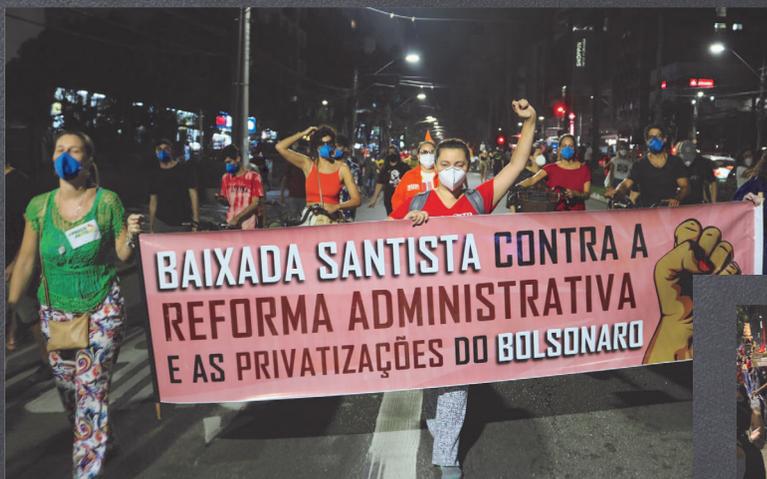
O povo brasileiro está sendo chamado a somar-se nessa cruzada e a resistir contra este ataque que simplesmente destruirá completamente o serviço público como como conhecemos, jogando uma pá de cal nos poucos direitos sociais conquistados com muita luta.

Os santistas também serão afetados e precisam entender o que está em jogo.

Se a PEC passar será o fim do concurso público e da estabilidade: saem os servidores, entram os apadrinhados políticos dos governos de plantão.

O texto afetará os serviços públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ainda os diferentes níveis de gestão estatal – municipal, estadual e federal.

Membros do Ministério Público, militares, parlamentares e juízes ficaram de fora das regras propostas pelo governo Bolsonaro. Para eles a mamata de sempre. Para quem faz o Brasil funcionar e para a população, só desmonte e precarização!



NÃO FIQUE DE FORA DESSA LUTA !

PARTICIPE DA ASSEMBLEIA VIRTUAL NO DIA 12, ÀS 19h

PAUTA: GREVE DO SERVIÇO PÚBLICO DIA 18/8

O SINDSERV SANTOS convoca todos os servidores a debaterem em assembleia a adesão e construção da necessária paralisação nacional contra a Reforma Administrativa e em defesa dos serviços públicos.

Em virtude da pandemia, a assembleia será realizada de forma online. Para participar basta acessar o link <https://sind.srv.br/assembleia>.

Os servidores de todos os poderes e níveis administrativos estão se unindo nacionalmente para enfrentar esse duro ataque que está sendo acelerado no Congresso.

É fundamental a participação na assembleia e nas próximas mobilizações do maior número possível de funcionários dos diversos setores da Prefeitura de Santos.

Se aprovada, tal reforma beneficiará inte-

resses econômicos privados em detrimento do bem da coletividade, desprotegendo ainda mais a população pobre.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), já disse que espera votar a proposta no Plenário da Casa até o final de agosto. Não dá mais para esperar! A hora de mobilizar é agora! Divulgue a assembleia em seu local de trabalho e chame os colegas!



**SÓ
COLETIVAMENTE
MANTEREMOS
NOSSOS
DIREITOS E
AVANÇAREMOS
EM NOVAS
CONQUISTAS!**



PEC 32 formaliza a volta do cabide de emprego e o clientelismo político

A proposta da Reforma Administrativa (PEC 32/2020) de Bolsonaro e Paulo Guedes é nefasta e ataca TODOS os servidores públicos (atuais e futuros, federais, estaduais e municipais). Veja os principais ataques:

- Acaba com todas as promoções ou progressões na carreira exclusivamente por tempo de serviço. Isso significa que os servidores de Santos perderão o direito ao Adicional por tempo de serviço e a Licença prêmio;

- Fim das incorporações dos cargos em comissão ou funções de confiança;

- Proíbe redução de jornada sem redução da remuneração;

- Libera TERCEIRIZAÇÃO em qualquer área da administração pública para a execução de serviços públicos, exceto para os "cargos típicos de estado" (cargos esses que não foram definidos). Provavelmente, apenas a procuradoria e a fiscalização da receita não poderão ser terceirizadas. Na prática, isso significa que os recursos públicos serão ainda mais transferidos do Estado para o mercado, em detrimento dos interesses da sociedade. Ou seja, favorecendo apenas os grandes empresários e banqueiros, que saqueiam os cofres públicos;

- Fim do Regime Jurídico único da União, criando 5 VÍNCULOS onde o governante de plantão poderá usar e abusar de seu poder para pôr seu curral eleitoral no serviço público. São eles:

1 Vínculo de experiência: após passar em todas as provas, essa seria mais uma etapa eliminatória do concurso público. Isso é, na prática, acabar com o concurso público, porque os critérios deixam de ser objetivos para serem subjetivos. Os concursados ficam na mão das chefias e do político de plantão que podem simplesmente eliminar quase todos da lista e colocar os amiguinhos que estavam lá no final da classificação. Isso tudo antes mesmo do Estágio Probatório;

2 Vínculo por prazo indeterminado: passando pela experiência, vira um servidor formalmente, mas sem a estabilidade necessária para exercer seu cargo público. Pois a Reforma muda a avaliação de desempenho, incluindo a "insuficiência de desempenho" para os estáveis (inclusive os atuais) que poderão ser exonerados mesmo que não cometam crimes funcionais;

3 Vínculo por prazo determinado: os governantes poderão voltar a contratar pela CLT e pelo tempo que quiser;

4 Cargo de liderança e assessoramento: quem achou que a Reforma vinha para combater as MAMATAS se enganou. O texto aprofunda ainda mais as brechas para aumentar os carginhos de confiança, sem concurso, sem nada. Poderão inclusive exercer funções técnicas hoje restritas apenas à servidores concursados para evitar corrupção, como por exemplo, a chefia da seção de contabilidade de um hospital;

5 Cargo típico de Estado: único que não poderá ser terceirizado e que terá estabilidade, mas o texto não diz quais são esses cargos. Serão conhecidos apenas depois em lei complementar a ser editada futuramente (ou seja, o famoso "cheque em branco"). Provavelmente, só entrarão fiscais da receita, procuradores e militares. O resto fica na mão do governante de plantão para ENTREGAR aos empresários amigos e/ou empregar o seu curral eleitoral.

A REFORMA SÓ ATINGIRÁ OS NOVOS SERVIDORES?

Mesmo que no texto diga que as mudanças não atingirão os direitos dos servidores atuais, TODOS OS SERVIDORES SERÃO ATINGIDOS! Não existe direito adquirido se houver Emenda à Constituição.

O governo Bolsonaro falava a mesma coisa sobre a Reforma da Previdência que no final das contas afetou a todos, sem exceção.

Se conseguirem alterar o Regime Jurídico Próprio e implantar a "insuficiência de desempenho" na avaliação, os servidores atuais TAMBÉM PERDERÃO A ESTABILIDADE. E se quase toda a Prefeitura de Santos for terceirizada ou ocupada por servidores com vínculos frágeis, não teremos força para as futuras campanhas salariais e para defender os direitos já conquistados.

A população também perde muito! As reformas propostas representam a disputa pelos recursos públicos e têm o objetivo de diminuir ainda mais o papel social do

Estado, não para que ele seja mais ágil, mas para que o setor privado lucre com

as atividades que antes eram públicas. O resultado desse modelo voltado para

o mercado é a ampliação da fome, da pobreza, da concentração de renda e da barbárie.

POR ISSO TODOS DEVEMOS LUTAR CONTRA MAIS ESSE ATAQUE, PARA DEFENDER OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE.